

LIÇÕES APRENDIDAS

GESTÃO DOS RECURSOS DA
CONCESSÃO FLORESTAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



SUMÁRIO EXECUTIVO

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina Silva

Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Garro Joseph Batmanian

Diretor de Fomento Florestal

André Rodrigues de Aquino

Coordenador Geral de Fomento Florestal

Fernando Castanheira Neto

Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Luiz Augusto Mesquita de Azevedo

Universidade Federal do Oeste do Pará

Aldenize Ruela Xavier (Reitora)

Projeto Saracá-Taquera

Coordenação Geral

Franciclei Burlamaque Maciel

Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Equipe

Márcia Janete da Cunha Costa (Docente)

Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho (Docente)

Jonatas Farias Tavares (Discente)

Karem Cristine dos Santos Lopes (Discente)

Marcela Sabrina Pio Nunes (Discente)

Organizadores

Márcia Janete da Cunha Costa

Franciclei Burlamaque Maciel

Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho

Ficha Catalográfica

Apresentação

Lições aprendidas é um importante material que apresenta um conhecimento adquirido no processo de execução do projeto intitulado “Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, estado do Pará”, coordenado por uma equipe de professores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Esse projeto é resultado da cooperação institucional com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) que tem proporcionado experiências na gestão de florestas públicas com recursos das concessões florestais.

Compartilhar as lições aprendidas durante os encontros participativos, seminários, mapeamento das demandas dos municípios e das comunidades, levantamento de informações com aplicação questionário/roteiro de entrevista com comerciantes, revendedores e produtores rurais das comunidades; reuniões técnicas, observações de campo e análise de documentos; registros fotográficos e coleta de dados via GPS, pode contribuir para melhorar novas experiências em projetos e não repetir o que não deu certo.

Durante a execução de um projeto, em qualquer de suas fases pode ocorrer erros, que muitas vezes podem ser evitados. Por isso que as lições aprendidas é assunto necessário para aqueles que querem melhorar o desempenho de suas funções. Aprender com a experiência de alguém pode ajudar a evitar erro, mais se o erro ocorrer, o que é normal, as experiências aprendidas com outrem, pode o ajudar a encontrar alternativas de soluções.

Esse material, destaca que as lições aprendidas podem otimizar o processo de novos projetos, como a aplicação e gestão dos recursos financeiros das concessões florestais.

Coordenação do projeto Saracá-Taquera

Franciclei Burlamaque Maciel
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Sumário

INTRODUÇÃO.....	07
1. Floresta Nacional Saracá-Taquera: limites e abrangência.....	08
2. Lições aprendidas.....	12
I. O tempo de aprendizado	12
II. A construção de vínculos	13
III. Demanda de capacitação e planejamento	14
IV. Potencialidades e demandas	15
V. O engajamento dos comunitários	16
VI. O entendimento das normas jurídicas	17
VII. Capacidades técnicas.....	18
VIII. Adaptações no gerenciamento dos recursos da concessão florestal.....	19
IX. Conhecimento do território e aprendizado institucional.....	20
X. Considerar o envolvimento das concessionárias.....	21
3.Considerações Finais.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

Introdução

O objetivo da gestão de floresta é promover o desenvolvimento sustentável das florestas ao minimizar sua exploração ilegal para mitigar problemas de exploração florestal através do manejo sustentável dos recursos provenientes de florestas públicas. No Brasil, a Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, trata da gestão de florestas públicas brasileiras para produção sustentável com o objetivo de proteger as florestas públicas por meio da regulamentação do acesso a essas áreas. Com isso, busca-se interligar o uso sustentável e eficiente dos recursos naturais à geração de trabalho e renda para pessoas que vivem nas comunidades próximas a elas. Nesse sentido, a Concessão Florestal apresenta-se como a prática na qual o governo concede o direito de explorar florestas públicas de modo sustentável a outros setores, através de encargos financeiros, mas também, tendo obrigações legais como contra partida.

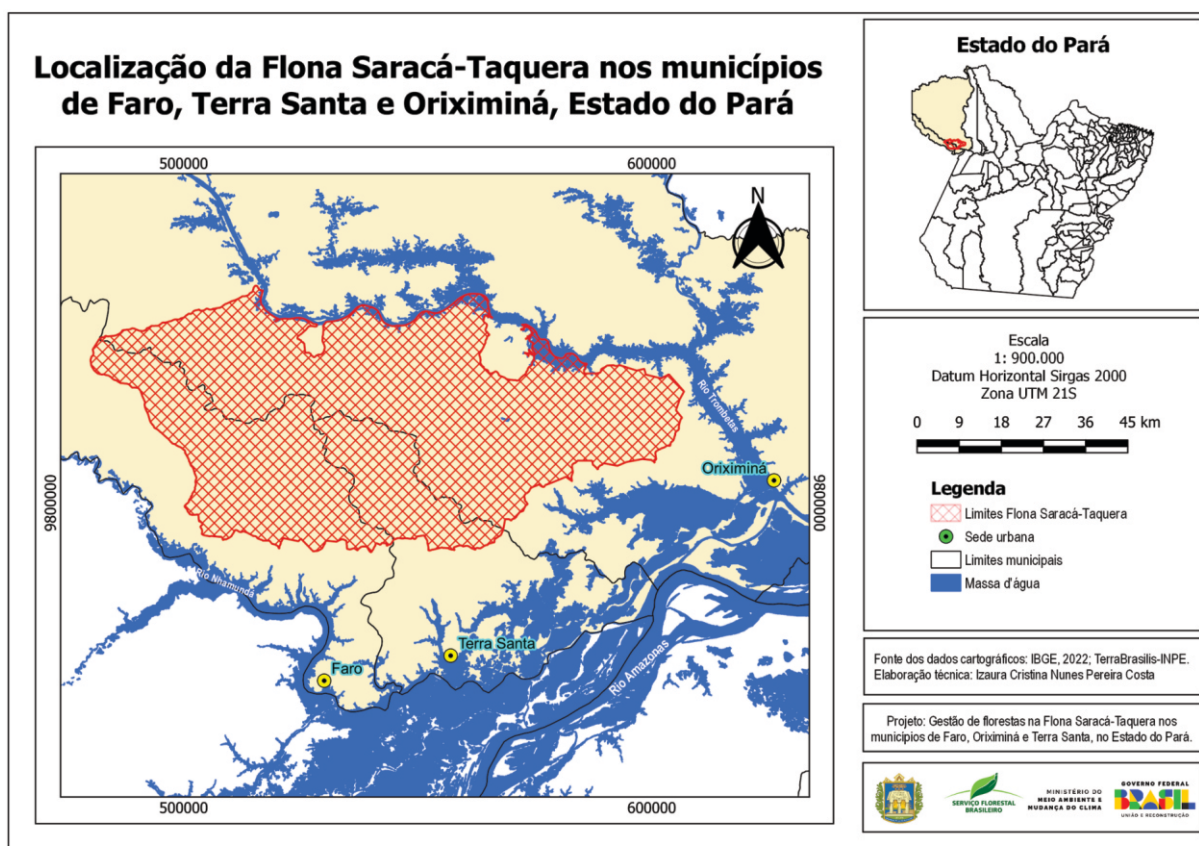
No entanto, a baixa capacidade técnica dos atores locais, os problemas de infraestrutura e de logística, a instabilidade política e os conflitos políticos são fatores que dificultam o acesso aos recursos pelos comunitários, fato que justifica a cooperação técnica entre Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Esses fatores também representam oportunidades de assessoramento às prefeituras e conselhos municipais no que diz respeito à aplicação dos recursos advindos de concessões florestais. Além disso, a parceria institucional é importante para o fortalecimento das capacidades técnicas através da realização de oficinas e de encontros participativos, nos quais as demandas são diagnosticadas e são oferecidas as orientações técnicas para auxiliar a gestão dos recursos financeiros.

Nessa perspectiva, o presente manual compartilha algumas das lições aprendidas durante o processo de assessoramento, capacitação e instrumentalização das Prefeituras e Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos Municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, por meio da execução do Projeto Gestão de Florestas na Flona de Saracá-Taquera nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, estado do Pará.

1. Floresta Nacional Saracá-Taquera: Limites e abrangência

A Floresta Nacional Saracá-Taquera (Flona) está situada ao noroeste do estado do Pará e abarca parte dos municípios de Terra Santa, Oriximiná e Faro, na fronteira com o estado do Amazonas (Figura 01).

Figura 01: Localização da Floresta Nacional Saracá -Taquera, Estado do Pará.



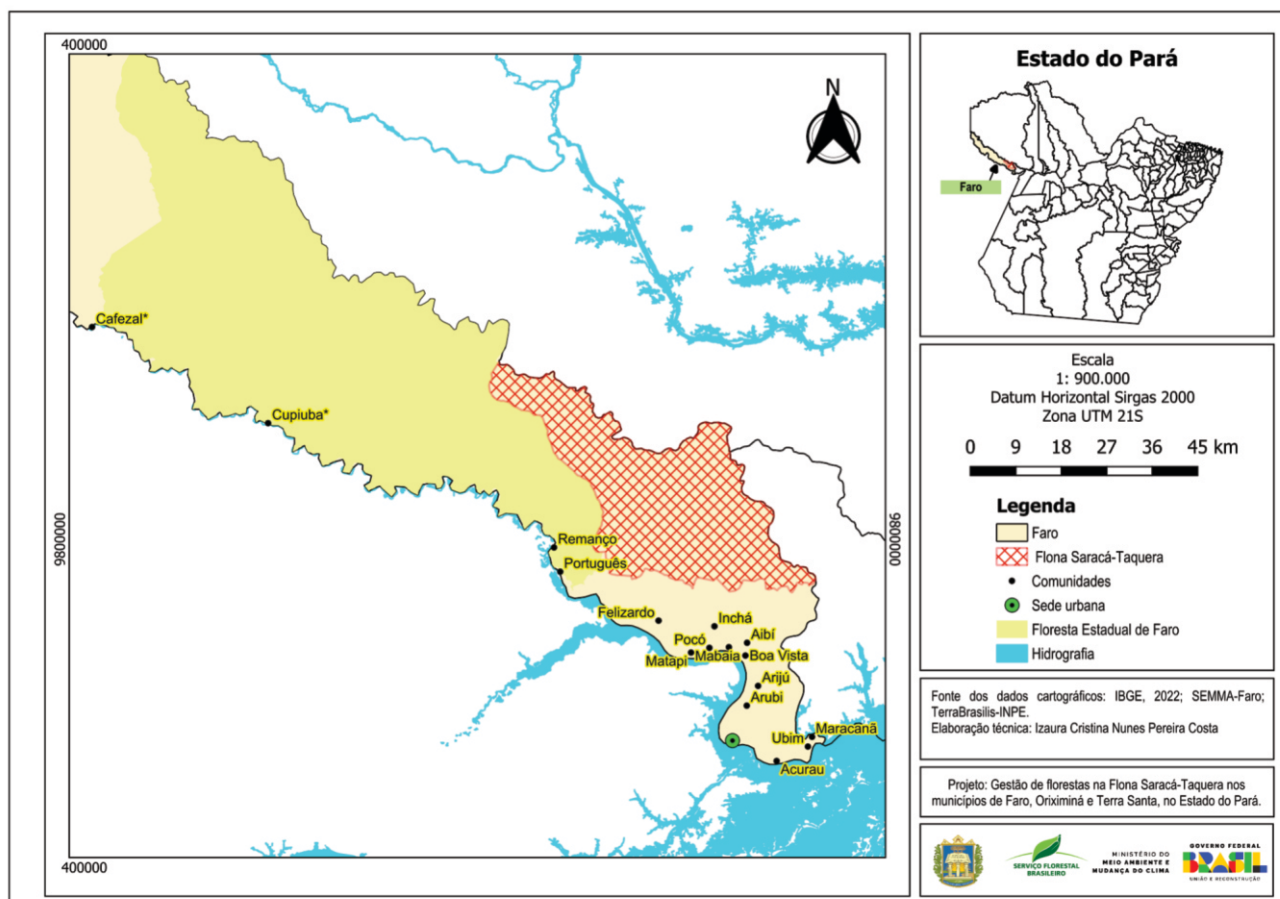
Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

A Flona Saracá-Taquera foi criada pelo Decreto nº 98.704, em dezembro de 1989. Ela cobre um território de 429.600 hectares, e sua origem visa a exploração de recursos naturais em larga escala. Desde 2010, a Flona abriga duas empresas que ganharam concessões florestais do governo para exploração madeireira, a saber: Ebata Produtos Florestais Ltda. e Samise Indústria Comércio e Exportação Ltda (NEPOMUCENO, 2021; UFOPA, 2022).

O município de FARO

O município de Faro está localizado na Mesorregião do Baixo Amazonas e possui população estimada em 6.949 pessoas, em 2021 e seu território cobre uma área de 11.820,39 km² (IBGE, 2021). A área rural do município é formada por 13 comunidades localizadas no entorno da Flona: Aibí, Aibí 2, Arijú, Acurau, Boa Vista, Felizardo, Inchá, Mabaia, Ilha2- Maracanã, Matapi, Pocó e Ubim, nas quais vivem 234 famílias que podem ter acesso às informações sobre os recursos de indicadores sociais e de concessões florestais (Figura 02).

Figura 01: Localização das Comunidades de Faro no entorno da Flona Saracá-Taquera, Estado do Pará.

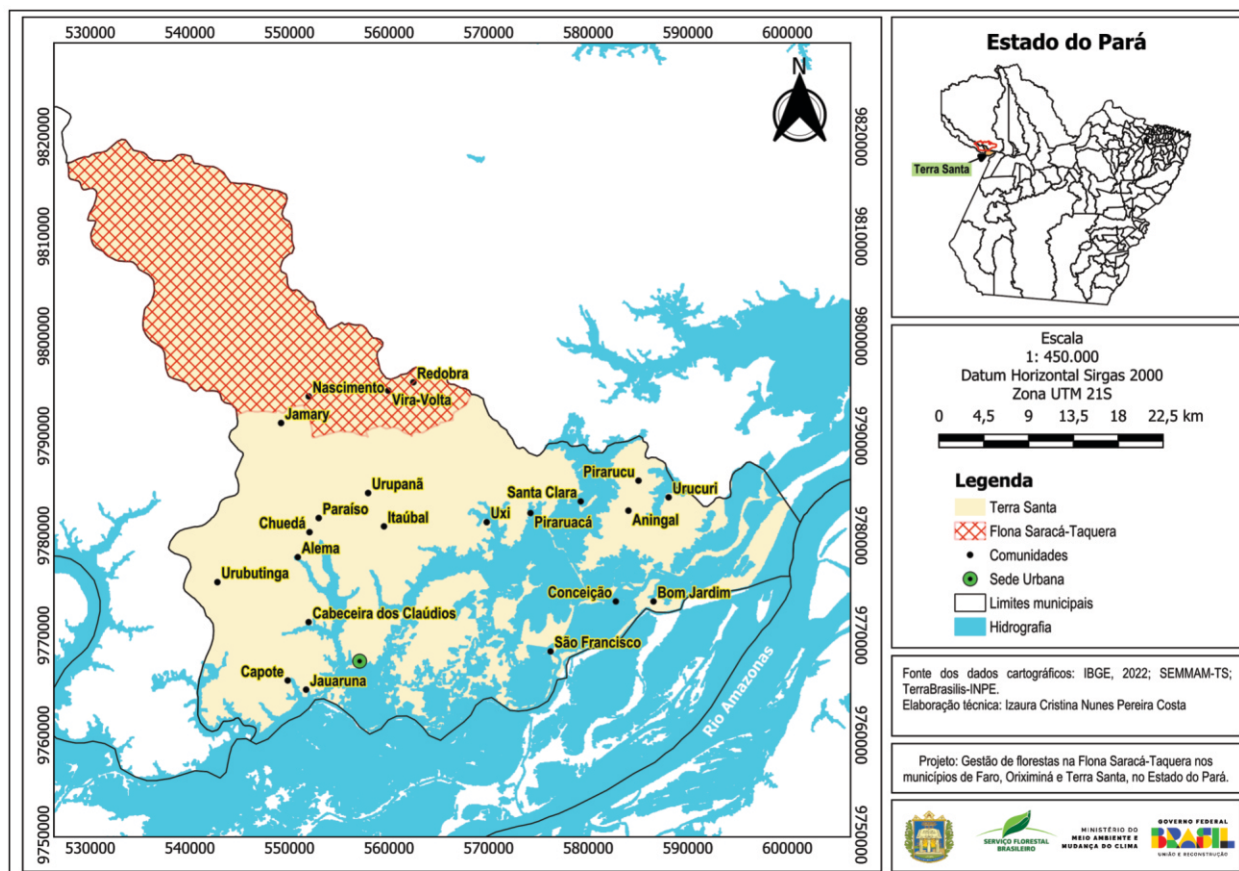


Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

O município de TERRA SANTA

O município de Terra Santa está localizado na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos (IBGE, 2020). Sua população foi estimada em 19.063 pessoas, em 2021, a qual está distribuída em uma área que cobre 1.895,883km² (IBGE, 2021). O município abriga 22 comunidades, sendo que 6 delas estão vinculadas à Flona Saracá-Taquera (Figura 03), nas quais residem 337 famílias que contribuem para o processo de representatividade das comunidades em atividades do projeto Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera (GFFST). As comunidades Redobra e Vira-Volta são próximas uma da outra, separadas apenas por uma estrada, mas seus residentes se veem como uma única comunidade, embora, de acordo com o IBGE, sejam comunidades distintas.

Figura 03: Localização das Comunidades de Terra Santa no entorno da Flona Saracá-Taquera, Estado do Pará.

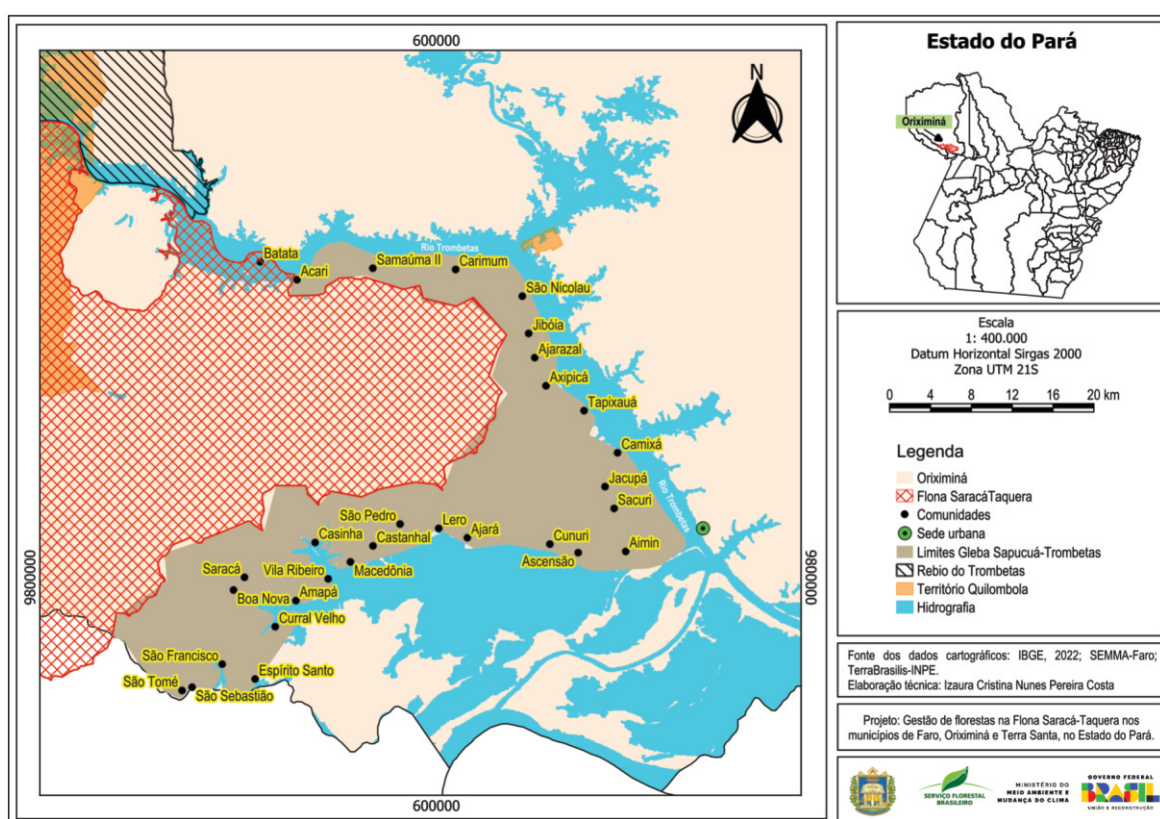


Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

O município de ORIXIMINÁ

O município de Oriximiná está situado no Oeste do Estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos (IBGE, 2020). A sede municipal de Oriximiná está localizada à margem esquerda do Rio Trombetas e sua população residente estimada para 2021 (IBGE, 2021) foi de 74.921 pessoas, as quais estão distribuídas em uma área de 107.613,838km² (IBGE, 2021). O município possui 30 comunidades localizadas no entorno da Flona e caracterizam-se pelo número expressivo de famílias: 1.425, no total - as quais podem ter acesso aos recursos oriundos da concessão florestal (Figura 04).

Figura 04: Localização das Comunidades de Oriximiná no entorno da Flona Saracá-Taquera, Estado do Pará.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

A área de influência da Flona no município de Oriximiná é composta por 30 comunidades com cerca de 1.425 famílias, das quais, 29 são representadas pela Associação das comunidades da gleba Trombetas e Sapucaá (ACOMTAGS). O acesso às comunidades dá-se por via fluvial, preferencialmente de lancha e a viagem leva, aproximadamente, 2 horas da área urbana até a comunidade mais distante. Os comunitários vivem da atividade de base florestal e possuem interesse em acessar os recursos das concessões florestais. O município é marcado por conflitos de interesse político, com recorrentes troca de prefeitos e mudanças de Secretários na Secretaria de Meio Ambiente.

2. Lições Aprendidas

As lições aprendidas no decorrer da execução do projeto Saracá-Taquera, são resultado das atividades realizadas in loco nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná.

I) O tempo de aprendizado

As particularidades de cada município influenciam as estratégias utilizadas para alcançar-se os resultados esperados. Dessa forma, mesmo fazendo uso de ferramentas metodológicas para a realização das ações como oficinas participativas, seminários, encontros participativos e reuniões técnicas com conselhos municipais e secretarias de meio ambiente, os resultados foram diferentes em cada município.

A própria localização das comunidades, principalmente no município de Oriximiná e sua quantidade de comunidades localizadas no entorno da Flona e a distância entre elas, não permitiram o uso da mesma estratégia adotada para os municípios de Faro e Terra Santa. Nesse sentido, as condições geográficas, socioeconômicas, políticas e institucionais são fatores determinantes para a execução das ações propostas no plano de trabalho; assim, foi necessário pensar em metodologias de transferência de conhecimento diferenciadas para cada município. Considerando as ações desenvolvidas no período em questão, com o intuito de instrumentalizar e assessorar as prefeituras e os conselhos, pode-se afirmar que a lição aprendida nesse processo refere-se à necessidade de respeitar-se as particularidades de cada município, o tempo de aprendizado de seus atores e o tempo de aprendizado da equipe do projeto para que ocorram resultados satisfatórios a todos os atores envolvidos.

II) A construção de vínculos

Durante a realização das ações, verificou-se que as mobilizações realizadas de forma direta - ou seja, em visitas às comunidades, conhecendo os moradores, dialogando sobre a dinâmica de cada uma delas, percebendo seus problemas, seus desafios, suas formas de produzir, sua cultura etc. - produzem mais efeito do ponto de vista da criação de valor social, no sentimento de pertencimento e no 'empoderamento' de seus comunitários.

A equipe do projeto Saracá-Taquera, em conjunto com a equipe técnica das secretarias de meio ambiente dos municípios, realizou visitas às comunidades localizadas no entorno da Flona Saracá-Taquera. Durante essas ações, a lição aprendida foi que não há como capacitar e instrumentalizar Prefeituras e Conselhos Municipais de Meio Ambiente na aplicação das concessões florestais sem o conhecimento da realidade daqueles que devem usufruir de tais recursos financeiros. Por isso, deve-se considerar que as comunidades precisam ter maior participação (Figura 05) em fóruns de debates quando o assunto é a gestão de recursos das concessões florestais, pois os comunitários precisam ter conhecimento de como o recurso está sendo gerido em resposta às demandas de cada território. Isso é importante para que haja um estreitamento das relações de confiança com os conselhos municipais de meio ambiente, com os técnicos das secretarias de meio ambiente e com as instituições parceiras nesse processo.

Figura 05 - Oficina participativa no município de Faro.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022

III) Demanda de capacitação e planejamento

Durante a realização das oficinas participativas, os pontos fortes e fracos de cada comunidade foram identificados, como a necessidade de capacitação por meio de cursos e/ou oficinas com ênfase em comércio e mercado, em assistência técnica para agricultura familiar, em manejo sustentável, em associativismo e cooperativismo, na elaboração e gestão de projetos para os comunitários. Quanto à capacitação para instrumentalizar técnicos das secretarias e membros dos conselhos de meio ambiente, verificou-se que cada território possui uma dinâmica diferente de planejamento, de execução e de gestão de recursos das concessões florestais; consequentemente, isso leva ao uso de instrumentos diferentes. O instrumento Chamada Pública, apresentado (Figura 06) pela equipe do projeto aos conselhos de meio ambiente dos três municípios, é um exemplo disso. Contudo, dada a dinâmica de planejamento e de aplicação de recursos, somente o município de Terra Santa acatou o uso do referido instrumento.

Figura 06 - Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Terra Santa observando a apresentação da proposta de uso da 'Chamada Pública' como instrumento de planejamento para o uso de recursos da concessão.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022

IV) Potencialidades e demandas

A identificação das potencialidades e das demandas de cada território possibilita o trabalho de assessoria e acompanhamento de resultados, visto que, diante das especificidades de cada território, ela direciona ações para atividades mais específicas e conduz o processo de assessoria em estratégias focadas na aplicação de recursos da concessão florestal. As demandas em comunidades com potencial para atividades de base florestal, organizadas em cooperativas ou em associações, são mais direcionadas à aquisição de maquinários, à construção de galpões para armazenagem e ao beneficiamento de frutos como Tucumã e Castanha do Brasil. Demandas em comunidades onde o potencial encontra-se na atividade agrícola, na pecuária e na criação de animais, direcionam-se para assistência técnica, para estruturação de casa de farinha, para criação de cooperativas entre outras que, de alguma forma, precisam ser contempladas nos Planos de Aplicação de Recursos (PAR) desses territórios. No âmbito do projeto em questão, essas potencialidades e demandas foram obtidas com a realização de oficinas participativas nos três municípios, como as atividades (Figura 07- A;B) realizadas no município de Oriximiná.

Figura 07- Seminário Gestão de Florestas I e II, com a presença dos comunitários, dos membros do COMDEMA, das entidades não governamentais e do Secretário de Meio Ambiente e Mineração do município de Oriximiná.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022

V) Engajamento das comunidades

Dentre as demandas apontadas como urgentes pelos comunitários estão as de infraestrutura, bem-estar social e ambiental (energia elétrica ou solar, água potável, internet, escolas, posto de saúde e transporte). O levantamento de pontos fortes e fracos das comunidades possibilitou observar que, em alguns casos, a falta de infraestrutura básica nos municípios - escolas e unidades de saúde, espaços coletivos (barracão comunitário) e, principalmente, falta de energia elétrica afeta a dinâmica e o desenvolvimento produtivo nesses territórios.

O fortalecimento institucional entre as esferas municipal, estadual e federal, é essencial para a execução de ações e de serviços providos a partir de recursos oriundos de concessão florestal. Grande parte dos obstáculos existentes nas comunidades deveriam ser ultrapassados por meio de ações tomadas pelas esferas municipal e estadual, tendo em vista suas atribuições. Assim, deve-se considerar o apoio e a promoção do uso de recursos florestais por parte do Estado, pois ele precisa estar envolvido com fatores relativos aos recursos de concessão. Esse apoio foi observado na execução de várias atividades, como na realização da oficinas participativas (Figura 08) realizadas no município. Instituições parceiras nesse processo.

Figura 08. Mesa de abertura do Seminário Gestão de Florestas, com a presença do Prefeito, do Secretário de Meio Ambiente e Secretário de Agricultura do município do representante do Serviço Florestal Brasileiro e da Universidade Federal do Oeste do Pará.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

VI) O entendimento dos instrumentos jurídicos

A instabilidade política e as dificuldades de comunicação encontradas no decorrer das atividades do projeto tornaram-se variáveis. Essas, por muitas vezes, dificultaram o andamento das atividades previstas. Cita-se como exemplo:- a troca de secretário de meio ambiente durante a semana da atividade de campo, fato que dificultou o cumprimento do planejamento das atividades dentro do período pré-estabelecido; - a dificuldade de comunicação entre secretarias e representações comunitárias, a qual, no início do projeto, era muito latente; - os conflitos políticos que envolvem a tomada de decisão acerca do uso de recursos da concessão florestal; fato que leva a um processo com mínima participação dos entes envolvidos, devido à pouca informação a respeito de seus critérios de uso e dos benefícios de sua aplicação. A ausência de um projeto básico de médio e/ou longo prazo pode comprometer a eficiência do recurso aplicado, uma vez que ele não é contínuo. Assim, destaca-se a necessidade a priori de construção de um diagnóstico capaz de revelar, dentre outros fatores, as condições políticas do território. instituições parceiras nesse processo.

Figura 09. Encontro participativo com o objetivo de instrumentalizar técnicos da SEMMA e conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Faro; para registro, acompanhamento; e avaliação do funcionamento e execução de projetos aprovados.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

VII) Capacidades técnicas

A lição aprendida em relação às capacidades técnicas tanto dos conselhos quanto das secretarias de meio ambiente dos municípios, refere-se à organização administrativa das secretarias, bem como à compreensão acerca de qual é o papel dos conselhos no planejamento e na aplicação de recursos das concessões florestais e como tal processo influencia a forma como esses recursos serão geridos. Muitas vezes, esse caminho implica no atraso da prestação de contas junto ao SFB; portanto, dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas nas comunidades e o uso dos recursos de infraestrutura e de bem-estar social, disponíveis para investimento nas comunidades. A transferência de conhecimento por meio da assessoria do projeto para os problemas encontrados, levou à implementação de soluções, como a organização de documentos para prestação de contas de recursos da concessão, a participação de lideranças comunitárias em seminários e em oficinas, o aprendizado acerca do papel e da importância dos conselhos de meio ambiente e, principalmente, a relação de confiança amadurecida durante a execução do projeto. A apresentação de seminários e do mini curso tem sido o modo mais viável de estabelecer-se aproximação com membros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, com servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e com comunitários. Compreendemos que se essas ações forem ampliadas com foco em cada público, os resultados tendem a ser mais favoráveis. O fortalecimento das capacidades técnicas quase sempre conta com o apoio do secretário de Meio ambiente (Figura 10 - A;B).

Figura 10. Seminário Gestão de Florestas, com a presença da liderança política local, dos técnicos, dos representantes das comunidades, das cooperativas e das associações dos municípios.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023

VIII) Adaptações no gerenciamento dos recursos da concessão florestal

Diante dos desafios encontrados no processo de gestão e de implementação de recursos financeiros oriundos de concessão florestal, as adaptações pelas quais passaram os conselheiros municipais e os técnicos das secretarias de meio ambiente no uso de ferramentas de planejamento e de gestão, configuram-se como lições aprendidas ao longo desse processo.

A equipe do projeto propôs ferramentas de gestão de recursos ao instrumentalizar os atores envolvidos por meio de capacitações, acompanhamento e avaliação de ferramentas utilizadas para o planejamento prévio da elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos, assim como da gestão de recursos, sempre com foco em orientá-los sobre a gestão dos recursos da concessão florestal. Vale ressaltar que dentre os instrumentos utilizados, a proposta de “Chamada Pública” como instrumento de planejamento para a elaboração do Plano de Aplicação e ferramenta de gerenciamento e transparência do uso de recursos da concessão, não foi utilizada em alguns municípios, sob a alegação de que os recursos provenientes da concessão não são aplicados em todas as comunidades, o que poderia provocar conflitos entre as comunidades já beneficiadas. A falta de consenso entre as lideranças também tem impedido as deliberações do conselho em relação ao uso de recursos da concessão florestal. A experiência da “Chamada Pública” foi exitosa em apenas um município (Figura 11).

Figura 11. Membros do Conselho de Meio Ambiente conhecendo a cartilha com orientações para a "Chamada Pública".



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022

IX) Conhecimento do território e o aprendizado institucional

A equipe que coordena (Figura 12- A; B; C e D) o projeto Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera conheceu o território que abrange os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, por meio de cooperação institucional e interdisciplinar, com base na interação transformadora com os técnicos das secretarias de meio ambiente dos municípios, os membros dos conselhos municipais de meio ambiente, e com comunitários e técnicos do SFB. A equipe do projeto utilizou ferramentas metodológicas tendo como base a expertise de seus docentes; em cada ação, a equipe descobria que as metodologias precisavam ser reformuladas dadas as características encontradas em cada município.

Assim, as estratégias de ação foram, aos poucos, sendo moldadas àquilo ao que realmente era necessário para cada localidade. A lição aprendida é de que o conhecimento é construído por meio de uma troca contínua, a qual envolve a percepção dos atores sobre seus territórios, sobre o potencial que possuem, sobre suas fragilidades e sobre como construir algo novo a partir de uma visão coletiva.

Figura 12. Equipe da UFOPA em visitas nas comunidades do município de Faro



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022

X) Considerar o envolvimento dos concessionários

É necessário que haja mais envolvimento dos concessionários nos fóruns de debate sobre recursos de concessão florestal, principalmente no que refere-se ao uso do recurso A2 (Indicador Social), visto que tem como objetivo investimentos em infraestrutura e em serviços para comunidades locais. Esse recurso apresenta o valor investido pelas concessionárias nas comunidades em bens e serviços como parâmetros definidos pelos conselhos municipais de meio ambiente. A partir deles, os comunitários podem ter suas demandas, ou parte delas, atendidas através Plano de Aplicação de Recursos (PAAR). Além disso, é importante aproximar os concessionários de suas representações (Figura 13) nos municípios de atuação das lideranças comunitárias, para que possam conhecer a realidade dessas comunidades e sua relação com a floresta, como esforço para mitigar possíveis conflitos acerca do uso de recursos florestais.

Figura 13. Participação de Concessionário em Encontro Participativo com CONSEMA, SEMMA, SFB e UFOPA para apresentação de metodologias de planejamento e de gestão de recursos da concessão florestal, municípios de Faro e Oriximiná.



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022 e 2023

3. Considerações Finais

O Projeto Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera foi um projeto piloto de gestão de florestas públicas criado para assessorar, capacitar e instrumentalizar Prefeituras e Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no estado do Pará, no que diz respeito à aplicação de recursos financeiros advindos das concessões florestais da Flona Saracá - Taquera (PA), com foco no desenvolvimento florestal nesses municípios. Essa experiência proporcionou a articulação institucional por meio de um processo de cooperação que trouxe muito aprendizado, além de desenvolvimento de instrumentos de planejamento e de gestão de recursos oriundos de concessão florestal, principalmente, o conhecimento do território, incluindo o potencial e as demandas de comunidades localizadas no entorno da Flona em questão.

Logo, a execução desse projeto revelou um conjunto de lições que deve ser considerado para a realização de outros projetos de gestão de florestas públicas, com ênfase no uso de recursos de concessão florestal, os quais foram aqui apresentados.

No decorrer das atividades, foi possível observar que as adaptações às instabilidades políticas, o envolvimento de concessionários, o conhecimento do território através de aprendizado institucional, a identificação do potencial e das demandas de comunidades locais, dentre outros fatores, são importantes ferramentas para o desenvolvimento de novos projetos. Vale ressaltar que tudo é baseado em uma perspectiva inovadora, em uma região que necessita de infraestrutura e de capacitação técnica para alcançar seu desenvolvimento socioeconômico.

Referências

ALMEIDA, Everaldo; SABOGAL, Cesar; BRIENZA Jr., Silvio. **Recuperação de áreas alteradas na Amazônia brasileira: Experiências locais, lições aprendidas e implicações para políticas públicas.** Belém, 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/375969/>. Acesso em: 11 mai 2023.

ALMEIDA, Everaldo; XIMENES, Tereza; BRIENZA Jr., Silvio; YARED, Jorge; POÇA, Raquel. O **Programa PROAMBIENTE na Transamazônica: lições aprendidas.** Novos Cadernos NAEA, v. 16, n. 1, Suplemento, p. 247-260, jun. 2013.

NEPOMUCENO, Ítala. **Floresta Nacional de Saracá-Taquera : a quem se destina? : conflitos entre uso tradicional e exploração empresarial.** São Paulo : Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021.

ROSÁRIO, Liliane Ferreira do. **Instituições públicas e gestão de recursos naturais: um estudo sobre as concessões florestais na Amazônia brasileira.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SAMISE Florestal. Contrato de Concessão Florestal nº 02/2014.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Gestão de Florestas na Flona Saracá – Taquera nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, estado do Pará: Relatório do objetivo 2, meta 3.** Santarém - PA. 2023

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará). **Gestão de Florestas na Flona Saracá – Taquera nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, estado do Pará: Relatório do objetivo 1, meta 2.** Santarém - PA. 2022.

VERONESE, Juliana. **Métodos para Captura de Lições Aprendidas: em direção a melhoria contínua na gestão de projetos.** Revista de Gestão e Projetos - GeP Vol. 5, N. 1. Janeiro/Abril. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9589>. Acesso em: 15 mai 2023.



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA**



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Ciências da Sociedade**

Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Projeto Gestão de Florestas na Flona de Saracá-Taquera

Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) - Bloco Modular Tapajós- 3º andar/ Sala: 325

Bairro Salé | CEP 68040-255 | Santarém, Pará, Brasil

E-mail: projeto_saracataquera@hotmail.com

Serviço Florestal Brasileiro SCEN, Trecho 2, Bloco G. Brasília - DF | CEP: 70.818-900 - Brasil

UR Santarém - PA, Av. Tapajós, 2449 - Lagunho, Santarém - PA, 68041-148